

A evolução tecnológica tem proporcionado mudanças em diversos setores e o campo jurídico não é exceção. A utilização de Inteligência Artificial (IA) em processos de auditoria jurídica, especialmente na análise de certidões, representa um avanço que pode não apenas otimizar o tempo necessário para revisar e validar documentos, mas também trazer benefícios expressivos em termos de rentabilidade. Mas, muito se especula se a IA é capaz de substituir o trabalho humano.

Na prática jurídica, a análise de certidões costuma gerar grande volume de trabalho, especialmente quando há uma auditoria que abrange múltiplos sócios e diversas empresas dentro de um mesmo grupo. Nestes casos, o uso da IA surge como uma alternativa promissora ao possibilitar a análise de uma grande quantidade de documentos em minutos. Ao mesmo tempo, é preciso entender que a automação possui limitações e a necessidade da intervenção humana para a interpretação jurídica e análise de riscos é indispensável.

Por meio de técnicas de **Processamento de Linguagem Natural (NLP)** e o **Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR)**, a inteligência pode não só “ler” os documentos, mas também pode compreender o contexto, as nuances e os potenciais pontos de atenção. Essas ferramentas, quando bem treinadas, podem identificar padrões e detectar irregularidades em certidões, identificar sinais de falsificação e destacar inconsistências que poderiam passar despercebidas em uma revisão manual. No entanto, a capacidade de uma IA de compreender nuances jurídicas ainda depende da supervisão humana.

Um nível de precisão como esse transforma radicalmente o processo, tornando-o muito mais ágil. Enquanto um advogado poderia gastar horas, ou até dias, revisando manualmente os mesmos documentos, uma IA bem configurada consegue processar grandes volumes em questão de minutos, com uma margem de erro significativamente menor. Isso permite que os advogados se concentrem nas questões estratégicas e interpretativas do processo, onde a diligência humana e a expertise jurídica fazem toda a diferença.

A conexão de sistemas de IA com bancos de dados externos e registros públicos, por exemplo, para cruzar informações e validar as certidões pode incluir a checagem de registros públicos, antecedentes criminais e status financeiro, garantindo a precisão e autenticidade de todas as informações, o que causa um impacto direto na agilidade do processo e na qualidade das auditorias durante as transações de fusões e aquisições (M&A).

O sucesso da implementação da IA depende de uma estratégia bem definida, que inclua a análise das necessidades específicas da organização e a integração eficaz com sistemas existentes, evitando redundâncias e otimizando recursos para maximizar os benefícios da automação. Quando combinadas, essas tecnologias garantem uma análise que vai além da

simples leitura, permitindo interpretação e contextualização das informações extraídas. Com o aprimoramento contínuo dos algoritmos, por meio de aprendizado supervisionado e não supervisionado, a eficiência na organização e categorização dos documentos aumenta, resultando em uma significativa melhoria na eficiência operacional durante as auditorias.

Fato é que a aplicação da IA em auditorias jurídicas oferece uma combinação poderosa de eficiência e precisão, automatizando tarefas repetitivas e complexas, o que eleva a produtividade e a qualidade das auditorias. Desse modo, o papel dos advogados continua essencial na análise de riscos e na interpretação contextual dos dados. Assim, a IA se estabelece como uma ferramenta essencial na prática jurídica moderna, atuando como uma aliada, e não como uma substituta.